

Assemb. Const. - Geral - 2 SET 1986  
RREIO BRAZILIENSE CORREIO BRAZILIENSE

# Anistia militar divide comissão

Rio — O secretário-geral da Comissão de Estudos Constitucionais, Ney Prado, professor da Escola Superior de Guerra, votou a favor da anistia política, ampla, geral e irrestrita dos militares cassados pelo golpe de 64, que prevê, inclusive, a reintegração dos punidos aos seus respectivos quadros funcionais. Foi na reunião de sábado, no conjunto Cândido Mendes, onde o colegiado se reunia em sessão plenária.

Ney Prado, que, antes de votar, havia se manifestado contrariamente a proposta do jornalista Mário Martins, por entender que sua aprovação causaria uma profunda crise entre o governo e as forças Armadas, disse: "Esta abertura que está aí se deve muito menos à classe política do que ao apoio militar".

O secretário acusou genericamente a Comissão de criar uma "divisão ideoló-

gica de fachada", que o colocava como defensor dos interesses da "classe militar". Em seguida, disse que conversa "com frequência com chefes militares deste país na intimidade", ocasião em que transmite a eles os anseios da sociedade brasileira. Ney Prado afirmou que tinha "autoridade" para dizer que há uma grande receptividade nas Forças Armadas pelo sentimento de abertura predominante no País.

Essas declarações do secretário-geral ocorreram logo depois que o presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos, intercedeu a favor da emenda de Mário Martins, por considerar que "a reintegração dos militares é sobretudo de natureza moral". O professor Arinos, ainda manifestando-se a respeito do debate realizado na noite de sábado, quando o an-

teprojeto de Constituição foi concluído, acentuou que "quando a injustiça funciona como base do direito, parece-me que esse direito é mais forte do que aquele que está baseado na idéia da justiça".

Ney Prado disse que sua presença na Comissão "traduz um desejo de servir a sociedade civil, através da incorporação dos militares no processo". Explicou que, enquanto o povo gritava por liberdade no regime anterior, "eu lá estava na Escola Superior de Guerra defendendo exatamente esses princípios que para nós são os mais caros". O secretário-geral alertou que cada artigo aprovado pela Comissão "pode provocar um apoio, um reforço à posição do governo, como pode provocar uma crise nacional", fazendo referência ainda à proposta de anistia política para os militares, na qual acabou votando a favor.

## País exige lei profunda, diz historiador

Porto Alegre — "A nova Constituição brasileira terá, necessariamente, que aprofundar o programa da dívida externa, a reforma agrária, a lei de greve, aspectos mais progressistas da legislação democrática e a certeza de uma vida democrática para os brasileiros, além de outros grandes temas deste País". A afirmação foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo historiador e escritor Joaquim

José Felizardo, durante encontro sobre Constituinte na Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), onde abordou o tema "A Constituição na História".

Para Felizardo, a escolha dos senadores e deputados federais é muito importante, porque serão eles os responsáveis pela elaboração da nova Constituição brasileira e não deve ser ofuscada pelas eleições aos

governos dos estados. Ele lembrou que as constituições brasileiras, com exceção da de 1934, que foi semiliberal, e a de 1946, que se constituiu na única democrática, foram marcadas pelo autoritarismo. Em razão disso, observou o historiador, é preciso que o povo se conscientize do momento histórico que será vivido em 15 de novembro deste ano e reflita bem na hora de indicar seus representantes.